



ANTES LAMBER DO QUE CUSPIR: O COTIDIANO DAS *GENTES* NO GOIÁS DECADENTE

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3871

Bruna Alves da Silva, UEG

Palavras Chave:

Goiás, historiografia,
cotidiano, século XIX.

Resumo

É sabido que a historiografia goiana que trata do final do século XVIII e do XIX é permeada pelo conceito da decadência. Goiás, no século XVIII experimentou as pueris dádivas da exploração aurífera, cujo apogeu ficou registrado na década de 1750, seguido da queda da produção e consequente esgotamento das minas. Fato próprio, como assevera Palacin (1994), das regiões de garimpo. No século XIX, as constantes queixas sobre as distâncias, isolamento, penúria da província e de sua população marcaram os escritos dos viajantes, memorialistas e presidentes da província, e foram, de certo modo, reproduzidas por boa parte da historiografia goiana. Com o fim da exploração aurífera levanta-se um estigma sobre a vivência das gentes de Goiás: indolentes, preguiçosos e sem viço para a labuta, são algumas das características asseveradas pelos viajantes quanto à condição da população de Goiás pós-ouro. No entanto, acreditamos que tanto a historiografia quanto os adjetivos dados aos goianos carecem de revisão. Propomo-nos a desvelar como se passava a vivência da população de Goiás, que desenrolava seu viver antes e depois do ouro, intuindo que o cotidiano dos goianos estava além dos adjetivos pejorativos, das opiniões versadas principalmente a partir do olhar europeu, estigmatizante. O que pretendemos é elucidar o cotidiano local desses moradores do século XIX, que viviam e continuaram a enrolar o novelo da vida no ritmo, tempo e condições do cerrado, com suas idiosincrasias que, estas sim, ressignificavam a vivência comum em Goiás.

Vão-se os anéis ficam-se os dedos.

Não há grandeza de distância que afrouxe a ambição e a ganância dos homens. Ainda mais quando as meninas dos olhos são iluminadas pelo brilho de pequenas pepitas reluzentes, sedução à alma dos bravios bandeirantes que adentraram os inóspitos sertões do Centro-oeste, ainda no século XVIII. Neste texto nos deteremos nos pormenores que motivaram a penetração do sertão goiano bem como suas consequências na estruturação da historiografia de Goiás.

A procura pelas míticas minas auríferas, “serra de onde o ouro manava, abundante, para as cabeceiras do São Francisco e outros rios do interior” (Palacin, 1994, p.15) envolveu Bartolomeu Bueno da Silva, pai e filho, na, quase profética tarefa de domar as matas e os índios bravios do sertão colonial, tardando as pepitas, o índio, escravo da terra, fazia-se empresa lucrativa. A bandeira do Anhanguera não foi a primeira a percorrer o vasto interior da colônia, atuais estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins; pelo menos dez bandeiras alcançaram as terras goianas a procura de ouro e índios desde 1590, data da primeira bandeira que chegou até os sertões de Goiás, até 1722, ano da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (Palacin, 1994).

Foram tantas as bandeiras que Palacin (1994) assinala a organização quase rotineira dessas expedições citando o caso da do padre Raposo, “Estando em Lisboa, em 1674, padre Raposo recebeu do rei o encargo de levar uma mensagem aos paulistas da bandeira de Sebastiao Paes de Barros, que se achavam procurando ouro “nas cabeceiras do Tocantins”” (p. 18). Aqui já damos mostra do conhecimento das terras goianas na corte portuguesa e, de certa forma, das possibilidades de acesso e locomoção pelo sertão inóspito, que tanto foi apregoado pelos viajantes e presidentes da província, assunto abordado em pormenores mais adiante, mas que cabe ressaltar o cuidado

para com os discursos que outorgam a Goiás a pecha de isolado.

Depois de três anos e três meses Bueno retorna a São Paulo e é dado a Goiás um título de identidade: as Minas de Goyazes. Nomeado superintendente das Minas de Goyas, Bueno regressa e experimenta o auge da extração aurífera em Goiás. Talvez por isso não se atente para o local onde é erigido o primeiro arraial, o arraial de Sant’Anna, “geograficamente se encontra deslocada, como centro de operações, no território goiano, e geograficamente exposta aos rigores de uma insolação, sem ventilação” (Palacin, 1994, p. 25). De nada adiantaria as advertências sobre as amenidades do clima ou localidade, pois Sant’Anna possuía o principal: ouro e água.

Como é própria da exploração aurífera, a febre do ouro se instalara em Goiás e vários pontos de garimpos foram surgindo às margens dos rios e córregos: Barra, Ferreira, Anta, Ouro Fino, Santa Rita, e em 1729 o arraial de Santa Cruz é fundado no caminho para São Paulo. Em 1731, junto ao rio das Almas surge o arraial de Meia Ponte, concorrente histórica de Sant’Anna por apresentar melhores ares e localização, com estradas de ligação. Neste ínterim são descobertas as minas do Norte - Minas do Tocantins -, tão ricas que receberam “taxação especial, oitava e meia mais alta no imposto da capitação” (idem, p. 26).

Os últimos anos da década de trinta são ainda ricos em novos “descobertos”, sobretudo nas desoladas montanhas da região norte, entre o Tocantins e o sertão da Bahia; S, Luís – mais tarde Natividade – (1734), S, Félix (1736), Pontal e Porto Real (1738). Arraias e Cavalcante (1740), Pilar (1741). Assim, *vão-se riscando de caminhos irregulares as dilatadas solidões de Goiás* (Palacin, p. 27).

Chamamos atenção para o grifo por duas razões: os caminhos e estradas que se faziam por toda extensão do sertão

goiano e sua extensão dilatada - novas terras que em breve serão ocupadas pela pecuária extensiva - E no apogeu da exploração das minas, Goiás tem seu primeiro arraial elevado à categoria de Vila, em 11 de fevereiro de 1736 Sant'Anna é denominada, pelo então governador Luís Mascarenhas, Vila Boa de Goiás. Em 8 de novembro de 1749, dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, inaugura seu governo na nova Capitania da colônia, Goiás. Com cinco anos de atraso pois Goiás foi desmembrado da Capitania de São Paulo em 1744, e pela mesma época é instalada a casa de fundição.

O discurso desbravador, a busca por novos descobertos, que parecia incansável, foi esmorecendo a partir de 1745. De 1745 a 1750 somente três minas se mostraram satisfatórias - Carmo (1746), Santa Luzia (1746) e Cocal (1749). A década de 50 marca o ápice da exploração do ouro em Goiás, 40 arrobas de quinto em 1753, 22 arrobas em 1768, mas apenas 8 arrobas, já em 1788, 4 arrobas em 1808 e 0,5 arroba em 1823 (Chaul, 1997). Chegava ao fim o processo de ascensão e apogeu da sociedade mineradora em Goiás. O declínio e a decadência na exploração das minas será atribuída à falta de mão de obra, capital e administração comprometida, não apenas com o quinto, mas com o desenvolvimento econômico da mineração (Chaul, 1997). Goiás não recebeu tamanho desvelo por parte da corte portuguesa, os planos de Lisboa para as regiões auríferas não sinalizaram incrementos tecnológicos, braçais e desenvolvimentistas.

Foram-se os anéis, os arroubos do fausto do ouro, restando-se a Goiás a administração de um tempo histórico referenciado pelos conceitos de decadente, isolado, atrasado, e de uma população indolente, pois aguentou as

vicissitudes de uma temporalidade pobre, sem recursos, sem incrementos da modernidade que passava ao largo, no litoral. Esta ótica do decadente ficou gravada na historiografia de Goiás por ter sido construída através dos discursos dos contemporâneos dos tempos reluzentes, no apogeu da exploração aurífera.

Importante exortação nos traz Lemes (2015),

Assim, os acontecimentos que tiveram lugar durante o período colonial tem se constituído numa construção problemática para a história de Goiás, inspirando reflexões que privilegiam uma visão dualista da história, assentada, sobretudo, no conceito de decadência, e orientada, preferencialmente, a partir das noções que podem constituir pares antitéticos, tais como prosperidade, atraso, modernidade, progresso, fausto e pobreza (p. 172).

Sendo assim, revisitando os lugares comuns, clássicos, à formação da historiografia de Goiás, os relatos dos viajantes, em especial o do francês Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, propomos uma releitura de seus textos, não no intuito de buscar corroboração ao discurso de decadente, atrasado e isolado usuais nos documentos oficiais de Goiás, mas no anseio de captar e de desbravar as representações e vivências da gente comum, daqueles que findando o ouro, ou mesmo antes da febre áurea, viviam e viveram nas terras goianas, tecendo o cotidiano com os fios possíveis que a natureza e tempo próprio do sertão permitiam-lhes.

Jacuba¹

Sertão. Infinitos de terras sem ninguém, na imensidão da paisagem só o retorcido dos troncos das árvores, suas gramíneas, os floridos dos ipês no inverno, o sol escaldante, as chuvas torrenciais,

¹ Alimento obtido da mistura de farinha de mandioca e água, por vezes adoçado com mel. Muito comum na alimentação dos sertanejos.

mosquitos e toda a exuberância da fauna e da flora do cerrado ao alcance das mãos e dos registros, por vezes carrancudos, no diário de viagem. Seria assim a entrada dos viajantes europeus em solo goiano. Nosso escolhido, o francês Auguste de Saint-Hilaire, percorreu Goiás de maio a setembro de 1819. Talvez devesse ter escolhido melhor a data de sua viagem, pois vivenciou o outono-inverno seco, quente e o início das chuvas de verão, com rios cheios e traiçoeiros para passagem. Todavia, caso não houvesse experimentado das intempéries climáticas não poderia vivenciar o corriqueiro da vida dos goianos que viviam na província durante e após sua passagem.

O fato é justamente este: para Saint-Hilaire o corriqueiro se fazia extraordinário, fora de suas capacidades de assimilação, pois sua visão era de um europeu francês do século XIX, onde a França já despontava como uma sociedade industrializada, com boas vias de acesso, locomotivas, estradas calçadas, barcos de carga e transporte de passageiros, enfim, urbanizada, com relações econômicas, sociais, políticas distintas. A exemplo prático: as províncias brasileiras tinham autonomia de cunhar sua própria moeda, cada uma diferente das demais, logo não havia unidade monetária no Brasil (Oliveira, 2011). Em Goiás, devido a atividade mineradora e as constantes tentativas de impedir o contrabando a cunhagem de moedas era proibida, logo a população fazia uso do ouro em pó nas transações comerciais mais ordinárias. Saint-Hilaire avaliou aquilo como sinal de extrema decadência, falta de genialidade para o desenvolvimento comercial da província.

Foi sobre esse olhar estigmatizante, incapaz de compreender as vicissitudes das gentes comuns de Goiás que sua historiografia foi construída. Novos estudos buscam relativizar alguns dos conceitos – decadência, atrasado, isolamento, são os principais - e “Não se trata de negar o mérito ou a importância de obras brasileiras para a historiografia.

Mas [...] de uma releitura dos marcos fundadores de Goiás” (Lemes, 2015, p. 188). O historiador goiano Paulo Bertran (2006) assim expõe,

Nesse sentido há duas ou três coisas sobre a história de Goiás que é oportuno despoluir para obtermos objetos mais úteis e iluminados, para nosso deleite e sapiência, e para consumo de futuras gerações. Um deles é o paradigma da decadência de Goiás no passado, que conforme o sentir de alguns escritores iria desde a abrupta queda da mineração em 1780 até um variável fim (segundo uns até 1914 com a entrada da estrada de ferro), segundo outros até 1937, com o Estado Novo e a construção de Goiânia. Haja decadência! No caso extremo nada menos do que 157 anos de “decadência”. Deve ser erro de denominação, ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento, falta de pesquisas sobre um século inteiro, o século XIX. Em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um século inteiro, o da “decadência”, **justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados!** (P. 65). (Grifo nosso)

Pontuamos que o mesmo alerta que nos faz Bertran, fora ignorado pelos viajantes justamente por estes enxergarem o mundo a partir da sua organização social europeia, pautada nos arranjos econômicos capitalistas e urbanos, logo fazendas, meio rural, inventos sem o uso de maquinários industriais, como a confecção de peças de cabaças, palha, couro, que parecia-lhes de uma sociedade *primitiva*, sem capacidades de desenvolverem-se. Compactuamos com Bertran a ideia de que Goiás, durante todo o século XIX não esteve na inércia, estagnado a sombra das memórias saudosas de um passado esplendoroso e abundante, sofrendo as amarguras de um presente ressentido e sem perspectivas. Ao contrário, os goianos seguiram suas

vidas, organizando suas festas, suas colheitas, seus retornos aos arraiais de acordo com o tempo do sertão, com as temporalidades do cerrado, épocas de plantar e colher, do repouso do santo, da labuta comunitária, da locomoção do carro de boi, das invernadas, enfim, a vida se reorganizou após a mineração, ou mesmo, voltou ao seu turno normal, já que os relatos mostram que desde Bartolomeu Bueno da Silva a criação de gado em Goiás se fazia presente (Palacin, 1994; Chaul, 1997).

O historiador Chaul (2002) chega mesmo a problematizar sobre o fausto e a riqueza do ouro em Goiás, e desconfiando do esplendor de uma sociedade mineradora relativiza, também, a decadência desta. Lemes (2015) pontua que tanto a historiografia dita tradicional quanto a crítica, que tenta relativizar os conceitos de atraso, decadência, isolado, concordam quanto a pobreza e estagnação econômica. “Contudo, propõem caminhos diferentes para interpretar o mesmo fenômeno” (p. 190); para a vertente tradicional a crise do ouro levou a decadência e a estagnação, na contramão, os críticos tendem a minimizar as riquezas auríferas justamente pela pobreza social e econômica que se mostrava em Goiás. Desta forma, as duas vertentes ainda carregam em seu bojo ranços dos conceitos lançados sobre Goiás pelos escritos deixados pelos europeus e suas lentes evolucionistas, progressistas, carentes de se verem refletidas em outras sociedades para, e só assim, classifica-las como *evoluídas*.

Bertran (2006), citando o “mestre de todos nós”, o historiador Luis Palacin, apontará as lacunas na memória goiana, na formação mesmo da sua identidade goianiense, no que diz respeito aos séculos XVIII e XIX, atribuindo tal amnésia ao discurso estadonovista adotado a partir de 1930, com a mudança da capital do estado e de toda a construção do discurso de modernidade e progresso que Goiânia simbolizará para a historiografia de Goiás. Palacin, no

clássico “O século do ouro em Goiás” (1994), relativiza os relatos dos memorialistas – Cunha Mato, Silva e Sousa – por apresentarem exageros numéricos quanto a população, porcentagem entre negros e brancos, sobre a violência e organização social nas minas, afinal o autor, mesmo perpetuando a ideia de um apogeu e derrocada do ouro e das organizações sociais em Goiás, percebeu as carregadas lentes europeias frequentes àqueles.

Diante do exposto, optamos por revisitar os escritos do francês Saint-Hilaire sobre Goiás e contrapor, evidenciando, a luz destas novas vertentes historiográficas, que pensam a história do século XIX em Goiás por um viés menos estigmatizante, contestando conceitos a partir na visão dos que aqui organizaram sua vivência, seu cotidiano, sua sobrevivência, pois o goiano comum não parou de viver por falta de opulência e abundância, pelo contrário, soube fazer na adversidade, no pouco, no sofrido até, seu alpendre de choro e descanso mas, acima de tudo, seu lugar de observação da vida que seguia nos arraiais e vilas goianas.

O sertão e o tempo no cerrado goiano.

O tempo, a distância, o isolamento e a falta foram os conceitos prementes nas reclamações sobre as viagens ao, então, sertão goiano. No entanto, tudo era sertão. Tudo era longínquo, de difícil acesso, só mesmo os muares para vencerem as grandes distâncias, as cadeias de montanhas que separavam o litoral do interior da colônia. A palavra sertão pode causar espanto a princípio, nos remete ao ermo, ao vazio, ao inabitado, ao inóspito, ao longe, muito longe da civilização. Era justamente este o caso brasileiro: o Sertão colonial era vasto, vastíssimo. Tudo aquilo que passava das linhas prementes do litoral era o desconhecido sertão. Amado (1995, p.4) alerta que o conceito sertão já era usado pelos Portugueses no século XV, “áreas extensas afastadas do litoral, de natureza

ainda indomada, habitada por índios selvagens e animais bravios”. De tal modo que chegando um viajante, Saint-Hilaire, no nosso caso, ao império já se encontrava enfatiado com a travessia marítima, que durava em média 5-6 meses, aportando no litoral, preparado a tropa, enfrentaria longo e tortuoso caminho até as gerais.

Observe que os conceitos são tratados de acordo com a ótica do europeu, que desconhecia essas paragens, habituado a um ambiente urbano, de certa forma integrado, tudo se fazia novo, desconhecido, inóspito ao seu conhecimento prévio, não poderemos exigir dos visitantes um discurso neutro, mesmo porque as bases científicas do século XIX fincavam-se no determinismo biológico, na higienização racial, no eurocentrismo. Saint-Hilaire, Pohl, Luís D’Alincourt, George Gardner, Castelnau, para citar alguns, foram homens do seu tempo, defendendo e propagando em seus escritos suas certezas culturais, econômicas e sociais.

A antropóloga Selma Sena conseguiu captar com excelência as particularidades da vivência no sertão goiano, “o sertão é, simultaneamente, singular e plural, é um e é muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o fim do tempo, o que não está nunca onde está” (Apud Chaul, 1997, p. 56). Saint-Hilaire, a exemplo, encabula-se com a fala de uma mineira acerca da localidade de sua propriedade,

Pareceu-me bastante satisfeita com a sua sorte e me contou, com indignação, que um viajante lhe falara com horror do deserto que ela habitava. Esta mulher não ia nunca a Paracatu, mesmo por ocasião das grandes festas; não conhecia no mundo senão a sua casa e o seu lar; como poderia deixar de amá-los? Ela e o proprietário de Tapera tinham a mesma vaidade de julgar que esta zona não pertencia ao sertão; o deserto...

Por certo, quem habitava há muito as localidades do sertão, conheciam suas temporalidades, seus avesses, e, acima de tudo, suas potencialidades; não partilhava do olhar triste, pessimista e longínquo dos “de fora”, pois cada um sabe onde o sapato aperta, e Saint-Hilaire, com suas botas de couro, não reconhecia os benefícios de pisar a terra. Seu olhar urbanizado tende por relativizar tal apreço por falta de conhecimento, não concebia como haveria de crescer afetos por localidades tão vexatórias as suas referências, como já apontadas, deterministas, eurocênicas.

Não procuramos negar as dificuldades enfrentadas pelos goianos no decurso da vida cotidiana. O que pretendemos evidenciar é justamente essa vivência, de acordo com as temporalidades do cerrado, exortamos para a necessidade de se pensar a história do cotidiano dos goianos através de uma perspectiva própria; a espera era real, as distâncias também, mas, dentro das limitações impostas pelas intempéries do sertão, eram vencidas. Em Goiás a espera era ativa, não era ociosa, pois era mediada pela ação (Lemes, 2015).

Marcando as divisas entre Minas Gerais e Goiás, Saint-Hilaire, em 1819, adentra o solo goiano por uma ponte de madeira sobre o rio dos Arrepêditos, “Chegado a um vale, atravessei por uma ponte de madeira o Rio dos Arrepêditos, que separa a província das Minas da de Goiás, e cheguei ao Registro” (Saint-Hilaire, 1937, p. 278). Será evidente, durante toda a correspondência dos presidentes da província no século XIX, a cobrança por melhorias nas vias de comunicação que ligam Goiás ao restante da colônia “eis o meio de ter rendas, de

fazer prosperar esta província”². Manifesto que, se há cobrança de melhorias, há vias a serem melhoradas, ou seja, haviam caminhos que se faziam chegar em Goiás. Devemos manusear tais documentos com cuidado pois, os discursos por eles proferidos e eternizados na memória serviam a alguém e não foram proferidos ao vento, tinham lugar certo a se chegar e assentar: os ouvidos reais e, principalmente, os cofres reais. A ideia era, não obstante da contemporaneidade, angariar fundos para a província, se nada há para reparar, reclamar, não haveria também carências a serem supridas nem verbas a serem enviadas.

Foram por estes caminhos que Saint-Hilaire se depara com uma caravana saindo de Goiás com destino à capital, Rio de Janeiro. Seu relato muito nos serve,

Entre Damaso e Patrocínio encontrei uma caravana bastante considerável, que vinha de Goiás e ia para o Rio de Janeiro. Pertencia a um homem que fazia esta viagem uma vez por ano, e empregava na viagem cinco meses para ir e outros tantos para voltar. Recebia no Rio de Janeiro as mercadorias destinadas aos negociantes de Goiás, e se fazia pagar a 32 mil (200 fr.) a carga de um burro. Mas quando voltava de Goiás para a capital, levava por sua conta tecido de algodão e algodão em rama, porque com despesas tão grandes os negociantes de Goiás julgam não achar vantagens em exportar os produtos do seu país (Saint-Hilaire, 1937, p. 237).

Fica evidente que mesmo com a distância e com as dificuldades o comércio seguia ligando Goiás com a capital. O transporte de mueres, resistentes a carga e

a lonjura, se mostra usual nas paragens goianas. Chamamos atenção para a carga de algodão pois, é ainda nos registros de Saint-Hilaire, que encontramos referências de Joaquim Alves de Oliveira³, abastado comerciante de Vila Boa, que cultivava lucrativa plantação de algodão, chegando mesmo a exportar o produto para as províncias da Bahia e Rio de Janeiro, inferimos serem deles essas remessas vistas pelo viajante.

Entretanto, o algodão do interior do Brasil não tardou a ser procurado pelos europeus; reconheceu-se que o de Meiaponte, de Corumbá, e provavelmente de outros distritos, era de excelente qualidade. O comandante de Meiaponte, Joaquim Alves de Oliveira, fez algumas remessas lucrativas à Bahia e ao Rio de Janeiro; seu exemplo foi seguido por outras pessoas, e se as exportações puderam progredir, certo bem-estar não terá tardado em se espalhar por esta parte da comarca do Sul (Idem, p. 324).

O viajante registrou ainda o cultivo da cana-de-açúcar, do trigo bem como a produção do açúcar, da aguardente e o comércio das trocas desses produtos por sal na província de Minas Gerais,

O cultivo da cana-de-açúcar promete maiores proveitos, porque apenas homens de certa abastança podem ainda empreendê-la; por conseguinte, encontram, no próprio país, consumo para o seu açúcar e cachaça, e, aliás, estes produtos saem também da província, pois que os habitantes de Santa Luzia trocam-nos em São Romão, na província de Minas, pelo sal de Pilão Arcado, necessário ao gado. O tabaco, que apenas se desenvolve

² Relatório do presidente Couto de Magalhães (1864-65) In Memórias Goianas IX. Goiânia, Ed. UCG, 1998, p. 227.

³ Joaquim Alves de Oliveira será ainda, a partir de 1830, o proprietário do primeiro periódico de Goiás: a Matutina Meyapontense – que funcionou de 1830-1834 – tinha como redator do Pe. Luiz

Gonzaga de C. Fleury. Num total de 526 edições, contendo 4 páginas, o periódico era impresso no Rio de Janeiro e mandado para Goiás, no entanto, sua assinatura não se limitava a província goiana, os assuntos locais eram conhecidos, também pelos assinantes da corte.

bem em certas localidades, Meiaponte, por exemplo, pode também ser cultivado com algum lucro. Em Santa Luzia e Meiaponte, localidades de grande altitude, cujo clima não é muito quente, colhe-se trigo com o qual se fabrica, em Vila Boa, excelente pão; até agora esta cultura não parece ter tido muita importância, mas é provável que, se os habitantes a empreendessem em maior escala, encontrassem facilmente mercados em Paracatu e nas margens do rio São Francisco, onde o extremo calor não permite, em absoluto, semear o trigo (Idem, p. 324).

Percebe-se que há ambiguidades nas observações do viajante, ao mesmo tempo que atesta a penúria e apatia da população de Goiás registra empresas das grandezas citadas, e Moreyra (1985, p. 164) alerta para este fato justificando que,

“Entre o que seus olhos viram e o que compreendeu, medeia uma distância, coberta por uma visão europeia. As impressões do naturalista são as impressões do naturalista. É necessário ver hoje as coisas que ele viu, da forma pela qual ele não pode enxergá-las, vê-las como ele não pôde vê-las”

Logo, elevam-se a importância de estudos que põe luz sobre o coloquial da gente goiana, guardando o cuidado e a distância das nomenclaturas que diminuem os feitos daqueles que enrolam o novelo da vida no tear de madeira. Goiás não se encontrava na decrepitude apontada pelo viajante, como ele mesmo atesta sem perceber, o que ele não soube enxergar, nublava sua visão as conjunturas amadurecidas do capitalismo em seu continente, foi o processo de “agrarização de uma área colonial que as minas havia povoado” (Moreyra, 1985, p. 164). Talvez seja esse o gargalo da história de Goiás; a aceitação de que o relativo passado áureo havia ficado na poeira do tempo, o presente – século XIX – e o futuro se mostrava agrário. Bertran (2002) já ousou afirmar que não foi a mineração que

consolidou a sociedade goiana, muito menos sua economia, mas sim a agropecuária. Província agrária, estado agroindustrial, tendo na pecuária o carro chefe da formação e consolidação das relações econômicas-comerciais. Como nos diz o próprio Saint-Hilaire (1937, p. 326), “a comarca do Norte, que possui pastagens imensas, e é mais próxima do litoral que a do Sul, envia todos os anos consideráveis manadas de bois à Bahia. A do Sul, se bem que menos vantajosamente situada, manda também gado para fora da província”. Além de dar conta de outras produções; “algumas pessoas ensaiaram a fabricação do vinho com a uva deliciosa do tempo da seca, e vinagre com a da época das chuvas”.

Assim como asseverou Lemes (2015), o tempo da espera em Goiás não era estático, inerte, haviam promoções de toda sorte, sempre seguindo as temporalidades que o cerrado impunha aos que em seu bojo se abrigavam; observemos que as uvas são do “tempo da seca”, o vinagre “nas águas”, era assim a organização econômica e social de Goiás, no tempo do cerrado. Os festejos religiosos seguiam as épocas das colheitas fartas de milho, mandioca, das frutas, que se faziam doces, da estação, dos licores, das folias dos santos, que além de celebrar o sagrado, felicitavam a abundância da terra ou, no caso de má safra, rogavam por misericórdia divina. Escaparam aos europeus tais idiosincrasias, corriqueiras ao sertanejo goiano.

Moreyra (1985) destaca que o conhecimento do sertanejo sobre as intempéries do cerrado contribuiu para que o viajante francês formulasse um julgamento errôneo sobre o cotidiano na província, “Até onde a vista pode alcançar não há o menor traço de cultura, o menor sinal de gado nos pastos, apenas uma profunda solidão, uma tediosa monotonia” (Saint-Hilaire, 1975, p. 120). Ilustremos: o gado, para fugir da seca estendida até final de maio, eram levados para as áreas de inverno, terrenos alagadiços de pastos sempre verdes;

mesma época em que mascates e tropeiros ainda trilhavam os caminhos, para o litoral ou vindo deste carregados; a população dos arraiais, notadamente dedicada a produção agrária, encontravam-se no campo ferrando o gado – marcando o couro dos animais a ferro quente – para que não se confundissem já que eram criados soltos pelo sertão. Pois sim, muitas particularidades que somente os da terra conseguiriam interpretar com clareza e representar com propriedade. Faltava as duas coisas ao viajante ao mesmo tempo que exacerbava sua ânsia de ver a Europa espelhada no cerrado.

Mesmo a capacidade de comunicação dos goianos, considerada por ele limitada, causava irritação ao francês, “os colonos goianos conservam uma mudez bronca; têm um ar de indolência, uma espécie de patetice que os faz distinguir sem dificuldade” (Saint-Hilaire, 1937, p. 336), por conseguinte que era o contrário, assombrados com a quantidade de imposto que lhes era cobrada – o quinto, os dízimos – fizeram dos goianos “cabreiros”, desconfiados, de pouco falar, para não “entregar o ouro”, ditado usual em Goiás que remete a descrição no falar, no portar, não chamando a atenção para o que lhe é caro, precioso. Assim faziam os goianos com o francês nunca dantes visto, sempre a tomar nota, a observar, a “especular”.

Por fim, o francês careceria de mais tempo no cerrado, nas gerais para compreender de fato como se davam, de desenrolavam e enrolavam as vicissitudes do cotidiano da gente comum que, habitando os rincões do sertão, aprendeu com suas pausas e recomeços a organizar uma vida simples, pacata para alguns, mas cheia de meandros intrincados na organização sociocultural do e no cerrado.

Concluimos, deixando para reflexão as palavras de Saint-Hilaire, “procurei dar uma ideia da província de Goiás, das suas misérias e dos seus recursos, indiquei mesmo, alguns traços de caráter dos seus habitantes, *acrescentarei*

aqui outros mais, a fim de tornar o quadro menos incompleto”, ou seja, aquilo que apontamos ao longo do texto seria o quadro completo, sem a visão eurocêntrica do viajante, aquilo que as releituras das fontes nos permitem trazer como sendo a representação da gente goiana; ou seja, o que a visão embotado de europeu urbano a procura de seu reflexo o impediu de enxergar.

Referências

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990/1129> acessado em 24/09/2017.

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. Ciências Humanas em Revista, Ciências Sociais. (Goiânia), v. 5, n. 1, jan/jun, 1994.

CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da “Decadência” aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. da UFG, 1997

dinâmicas dos povos e instituições na América portuguesa (Bahia, Goiás e Mato Grosso). Goiânia: PUC- Goiás, 2015, p. 169-218.

LEMES, F. L. (Coord.). Para além das Gerais

LEMES, F. L. Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás. Rio de Janeiro, Topoi, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 112-129.

LEMES, F. L. Por uma releitura da história: a historiografia de Goiás e o paradigma da decadência. In:

MOREYRA, Sérgio Paulo. O olho que vê o mundo. Boletim goiano de Geografia. V. 7/8 n.1/2 - janeiro/dezembro 1987/1988.

OLIVEIRA, Eliezer. C. Vivendo sem um tostão furado! O uso cotidiano do dinheiro em Goiás (1808-1848). Revista de História Regional, v. 16, p. 602-629, 2011.

PALACIN, Luís. O século do ouro em Goiás. Goiânia: UCG, 1994.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do rio São Francisco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975a.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goyaz. São Paulo: Companhia editora nacional, 1937.